

Balço Individual em 31-12-2016

RUBRICAS	NOTAS	Data	
		31-12-2016	31-12-2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	758.919,76	788.394,82
Ativos intangíveis	6	281,38	479,95
Outros ativos financeiros	7	963,36	658,28
		760.164,50	789.533,05
Ativo Corrente			
Inventários	8	1.382,64	976,47
Clientes/Utentes	11.1	555,75	666,25
Estados e outros entes públicos	11.2	1.570,79	1.337,74
Outras contas a receber	11.1	10.768,70	3.022,29
Diferimentos	14.3	1.650,74	1.158,62
Caixa e depósitos bancários	4	14.256,00	26.984,16
		30.184,62	34.145,53
Total do ativo		790.349,12	823.678,58
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos Líquidos	11.4	4.055,00	4.055,00
Resultados transitados	11.4	268.657,25	286.133,24
Outras variações nos fundos patrimoniais	10; 11.4	490.684,04	513.512,64
		763.396,29	803.700,88
Resultado líquido do período	11.4	-30.358,00	-17.475,99
Total do Fundo Patrimonial	11.4	733.038,29	786.224,89
Passivo			
Passivo não corrente			
Passivo corrente			
Fornecedores	11.1	3.097,56	166,38
Estado e outros entes públicos	11.2	7.604,60	8.326,58
Financiamentos obtidos	11.3	17.192,07	
Outras contas a pagar	11.1; 14.1; 14.2	27.207,16	27.828,83
Diferimentos	14.3	2.209,44	1.131,90
		57.310,83	37.453,69
Total do passivo		57.310,83	37.453,69
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		790.349,12	823.678,58

A Entidade

João Augusto Elias
Paulo Sérgio Cardoso Rito

O Contabilista Certificado

Luís Leite
 Luís Leite
 CC n.º 39242

Paulo Sérgio Cardoso Rito

Centro Social Recreativo Cultural de Carlão

Contribuinte: 501412140

Exercício: 2016

Moeda: EUR

Demonstração de Fluxos de Caixa

RUBRICAS	NOTAS	Exercícios	
		2016	2015
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de Clientes		161.453,89	123.439,16
Recebimentos de Subvenções da Segurança Social		214.852,91	141.020,14
Pagamentos a Fornecedores		-77.824,66	-82.136,50
Pagamentos ao Pessoal		-251.573,15	-198.624,01
	<i>Caixa gerada pelas operações</i>	46.908,99	-16.301,21
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros Recebimentos/Pagamentos		-93.114,52	-2.642,51
	<i>Fluxos das atividades operacionais (1)</i>	-46.205,53	-18.943,72
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis			-5.454,15
Ativos fixos intangíveis			-595,78
Investimentos financeiros			-170,77
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis			100,00
Investimentos financeiros			7,53
Subsídios de investimento			14.239,34
	<i>Fluxos das atividades de investimento (2)</i>		8.126,17
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		20.256,06	
Subsídios e Doações		16.285,30	14.119,29
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		-3.063,99	
	<i>Fluxos de atividades de financiamento (3)</i>	33.477,37	14.119,29
Variação de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		-12.728,16	3.301,74
Efeitos das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período		26.984,16	23.682,42
Caixa e seus equivalentes no fim do período		14.256,00	26.984,16

A Entidade

O Contabilista Certificado

Luís Augusto Almeida
Wendel Passimato Vieira Alves

Luís Leite

Luís Leite
C C n.º 39242

Paulo Sérgio Cardoso Rêto

Demonstração Individual dos Resultados por Naturezas do Período Findo em 31-12-2016

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	134.183,64	122.918,91
Subsídios à exploração	10	178.807,67	164.479,49
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	-38.326,47	-37.086,45
Fornecimentos e serviços externos	14.4	-45.807,41	-44.025,32
Gastos com o pessoal	12	-264.156,48	-206.185,98
Outros rendimentos e ganhos	10; 14.6	46.963,74	33.149,76
Outros gastos e perdas	14.5	-10.158,92	-18.360,87
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.505,77	14.889,54
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5; 6	-31.863,77	-32.365,53
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-30.358,00	-17.475,99
Resultado antes de impostos		-30.358,00	-17.475,99
Resultado líquido do período		-30.358,00	-17.475,99

A Entidade

O Contabilista Certificado

João Augusto Dias
Leonel Nascimento Vieira Alves

Luís Leite
 Luís Leite
 CC n.º 39242

Paulo Sérgio Cardoso Rito

ANEXO
(Período 2016)



1 - Identificação da entidade

1.1 — Designação da Entidade

Centro Social Recreativo Cultural de Carlão

1.2 — Sede

Carlão

5070-201 Alijó

1.3 — Natureza da Actividade

Instituição Particular de Solidariedade Social

2 - Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

2.1 — As demonstrações financeiras apresentadas têm como referencial contabilístico o sistema de normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º36-A/2011, de 9 de Março, baseando-se no disposto no n.º2 do art.º3 do DLn.º158/158/2009, de 13 de Julho.

3 - Principais políticas contabilísticas

3.1 — Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras.

3.1.1 - Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

3.1.2 - Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas “*Devedores e credores por acréscimos*” e “*Diferimentos*”.

3.1.3 - Consistência de apresentação

As Demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utilizadores da informação.

3.1.4 - Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utilizadores da informação com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 - Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 - Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas demonstrações financeiras, com respeito ao período anterior, respeitando o princípio da continuidade da entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das

políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.1.7 - Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 31 de Dezembro de 2009 encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual, dependendo das circunstâncias, corresponde ao custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado de acordo com os princípios geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os aumentos à quantia escriturada em resultado das revalorizações efetuadas até aquela data foram creditados em excedentes de revalorização de ativos fixos tangíveis, nos capitais próprios da entidade

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, quando o ativo estiver disponível para uso, pelo método da linha reta, numa base de duodécimos, de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Ativos fixos tangíveis	Número de anos
Edifícios e out. construções	50
Equipamento básico	1 a 8
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros ativos fixos tangíveis	1 a 7

Os terrenos não são depreciados.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentem a vida útil destes ativos são registados como gastos do período em que ocorrem.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou da retirada dos ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e a quantia escriturada na data de alienação/retirada, sendo registadas na demonstração dos resultados como “Outros rendimentos e ganhos” ou “Outros gastos e perdas”.

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature that appears to be 'F. L. L. L.' and other smaller initials.

3.1.8 - Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis são amortizados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em estado de uso, pelo método de linha reta, numa base de duodécimos, durante um período de 3 anos para os programas de computador e 10 anos nos bens registados em propriedade industrial.

3.1.9 – Investimentos Financeiros

Os Investimentos Financeiros existentes no Balanço dizem respeito ao Fundo de Compensação de Trabalho, mensurado pelo justo valor.

3.1.10 - Imparidade de ativos

À data do balanço a entidade avalia se há algum indício de que o ativo possa estar em imparidade. Sempre que a quantia escriturada do ativo for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada como um gasto na demonstração dos resultados.

A reversão de perdas por imparidade, reconhecidas em exercícios anteriores, é registada quando há evidências de que estas perdas já não existem ou diminuíram, sendo reconhecida como rendimento na demonstração dos resultados e efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, caso a perda não tivesse sido registada.

3.1.11 – Inventários

Mercadorias, matérias-primas, subsidiárias e de consumo - Estes inventários encontram-se valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido.

O custo destes inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual.

Os gastos relativos aos inventários vendidos são registados no mesmo período de reporte em que o crédito é reconhecido.

3.1.12 - Custos de empréstimos obtidos

Os custos de juros incorridos com empréstimos são reconhecidos como gastos de acordo com o regime de acréscimo.

3.1.13 - Instrumentos financeiros

i) Dívidas de terceiros

As dívidas de clientes ou de outros terceiros são registadas pelo seu valor nominal dado não terem implícitos juros. São apresentadas no balanço, deduzidas de eventuais perdas por imparidade, de forma a refletir o seu valor realizável líquido.

As perdas por imparidade são registadas na sequência de eventos ocorridos que indiquem, objetivamente e de forma quantificável, que a totalidade ou parte do saldo em dívida não será recebido.

ii) Dívidas a terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registadas ao custo. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iii) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo seu valor nominal, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou mais de um ano, respetivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

iv) Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e depósitos bancários” correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e depósitos a prazo.

3.1.14 - Rédito

O rédito relativo a prestação de serviços e juros, decorrentes da atividade ordinária da entidade, é reconhecido pelo seu justo valor da contraprestação recebida ou a receber. O rédito proveniente das vendas de produtos compreende os montantes faturados líquidos de descontos e abatimentos.

Os juros são reconhecidos utilizando o regime do acréscimo.

3.1.15 - Subsídios do Governo

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis, são inicialmente reconhecidos como componente dos Capitais próprios e subsequentemente

Handwritten signatures and initials in black ink, including a large signature and several smaller ones, located in the top right corner of the page.

imputados como rendimentos do exercício na proporção das depreciações efetuadas em cada período e/ou durante os períodos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios que se destinam à exploração são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “Subsídios a exploração” da demonstração dos resultados a que respeitam, independentemente da data do seu recebimento.

3.1.16 - Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem ordenados, Subsídio de Férias e de Natal, e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelo órgão de gestão. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável bem como as faltas autorizadas e remuneradas.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago no período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados conforme o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

3.1.17 - Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existiam à data do balanço (“acontecimentos que dão lugar a ajustamentos”) são refletidos nas demonstrações financeiras da entidade. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (“acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos”), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

3.2 — Outras políticas contabilísticas relevantes.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-PE. Em cada balanço é efetuada uma avaliação da existência objetiva de imparidade, nomeadamente da qual resulte um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados sempre que possa ser medido de forma fiável.

3.3 — Principais pressupostos relativos ao futuro (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

As demonstrações financeiras foram preparadas numa perspetiva de continuidade não tendo a entidade intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir drasticamente o nível das suas operações.

3.4 — Principais fontes de incerteza das estimativas (envolvendo risco significativo de provocar ajustamento material nas quantias escrituradas de ativos e passivos durante o ano financeiro seguinte).

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

4 - Fluxos de caixa

Ver alínea iv) do ponto 3.1.12 da nota 3 deste anexo

Desagregação dos valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários.

Meios financeiros líquidos	2016	2015
Caixa	17,53	179,12
Depósitos à Ordem	14.238,47	26.805,04
Depósitos a Prazo		
Outros equivalentes de caixa		
Totais	14.256,00	26.984,16

5 - Ativos fixos tangíveis

Ver ponto 3.1.7 da nota 3 deste anexo

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas (agregada com perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos fixos tangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2014	Adições	Alienações /abates	2015	Adições	Alienações /abates	2016
Edif. e outras construções	1.001.207,02			1.001.207,02			1.001.207,02
Equipamento básico	59.610,42	4.211,59		63.822,01	2.190,14		66.012,15
Equipamento de transporte	83.106,06		-8.978,36	74.127,70			74.127,70
Equipamento administrativo	43.681,28	675,93		44.357,21			44.357,21
Out. ativos fixos tangíveis	1.563,39			1.563,39			1.563,39
AFT em curso							
Sub-total	1.189.168,17	4.887,52	-8.978,36	1.185.077,33	2.190,14		1.187.267,47
Depreciações e perdas por imparidade	2014	Adições	Alienações /abates	2015	Adições	Alienações /abates	2016
Edif. e outras construções	219.118,90	21.748,00		240.866,90	21.748,00		262.614,90
Equipamento básico	58.182,58	811,72		58.994,30	919,70		59.914,00
Equipamento de transporte	50.865,02	8.997,50	-8.978,36	50.884,16	8.997,50		59.881,66
Equipamento administrativo	43.681,28	692,48		44.373,76			44.373,76
Out. ativos fixos tangíveis	1.563,39			1.563,39			1.563,39
Sub-total	373.411,17	32.249,70	-8.978,36	396.682,51	31.665,20		428.347,71
Quantias líquidas escrituradas	815.757,00	-27.362,18		788.394,82	-29.475,06		758.919,76

6 - Ativos intangíveis

Ver ponto 3.1.8 na nota 3 deste anexo

A quantia bruta escriturada, as amortizações acumuladas (agregada com as perdas por imparidade acumuladas), a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, os abates e as alienações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Ativos intangíveis							
Quantias brutas escrituradas	2014	Adições	Alienações /abates	2015	Adições	Alienações /abates	2016
Programas de computador		595,78		595,78			595,78
Sub-total		595,78		595,78			595,78
Amortizações e perdas por imparidade	2014	Adições	Alienações /abates	2015	Adições	Alienações /abates	2016
Programas de computador		115,83		115,83	198,57		314,40
Sub-total		115,83		115,83	198,57		314,40
Quantias líquidas escrituradas		479,95		479,95	-198,57		281,38

7 – Outros Instrumentos Financeiros

Ver ponto 3.1.9 na nota 3 deste anexo

Instrumentos Financeiros

Entidades	2013	Aumentos	Diminuições	2015	Aumentos	Diminuições	2016
Fundo Compensação Trabalho	156,04	170,77	7,53	319,28	305,08		624,36
FRSS		436,28	97,28	339,00			339,00
Totais	156,04	607,05	104,81	658,28	305,08		963,36

8 – Inventários

Ver ponto 3.1.11 da nota 3 deste anexo

8.1 — As demonstrações financeiras devem divulgar:

a) As políticas contabilísticas adotadas na mensuração dos inventários, incluindo a fórmula de custeio usada;

Os inventários são valorizados ao menor de entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. As saídas de armazém (consumos) são valorizados ao custo médio ponderado.

b) A quantia total escriturada de inventários e a quantia escriturada em classificações apropriadas para a entidade;

Quantias escrituradas de inventários	2016	2015
Mercadorias		
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.382,64	976,47
Produtos acabados e intermédios		
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos		
Produtos e trabalhos em curso		
Totais	1.382,64	976,47

d)1 - A quantia de inventários reconhecida como um gasto durante o período;

Quantias de inventários reconhecidas como gastos durante o período	2016			2015		
	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Totais	Mercadorias	Mat-primas, sub., consumo	Totais
Inventários no começo do período		976,47	976,47		741,43	741,43
Compras		38.732,64	38.732,64		37.321,49	37.321,49
Regularizações						
Inventários no fim do período		1.382,64	1.382,64		976,47	976,47
CMVMC		38.326,47	38.326,47		37.086,45	37.086,45

9 – Rédito

Ver ponto 3.1.14 da nota 3 deste anexo

Quantia de cada categoria significativa de rédito reconhecida durante o período incluindo o rédito proveniente de:

Réditos reconhecidas no período	2016	2015
Venda de bens		
Prestação de serviços	134.183,64	122.918,91
Juros		11,12
Totais	134.183,64	122.930,03

10 - Contabilização dos subsídios do governo e divulgação de apoios do governo

Ver ponto 3.1.15 da nota 3 deste anexo

10.1 — Política contabilística adotada para os subsídios do Governo, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações financeiras.

Os subsídios atribuídos pelo Estado, e que se destinam a financiar parte dos investimentos em ativo não corrente encontram-se apresentados no balanço como componente de capital próprio, sendo imputados aos rendimentos do período na proporção das depreciações/amortizações efetuadas, em cada período.

	2016	2015
Imputação de sub. para investimentos	22.828,60	22.832,24

Os subsídios que se destinam à exploração encontram-se apresentados na demonstração de resultados como rendimento do período.

Entidades	2016	2015
Centro Distrital da Segurança Social	159.266,00	151.536,67
Progama Pares	1.097,50	
IEFP	18.444,17	12.942,82
Total	178.807,67	164.479,49

11 - Instrumentos financeiros

11.1 – Clientes, utentes fornecedores e Fundadores

	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida	Quantia bruta	Imparidades acumuladas	Quantia líquida
Ativos	2016			2015		
Cientes	555,75		555,75	666,25		666,25
Outras contas a receber	10.768,70		10.768,70	3.022,29		3.022,29
Totais	11.324,45		11.324,45	3.688,54		3.688,54
Passivos	2016			2015		
Fornecedores	3.097,56		3.097,56	166,38		166,38
Outras contas a pagar	27.207,16		27.207,16	27.828,83		27.828,83
Totais	30.304,72		30.304,72	27.995,21		27.995,21

11.2 – Estado e outros entes públicos.

Estado e Outros Entes Públicos	2016	2015
Ativo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	2,78	2,78
EOEP - IVA	1.568,01	1.334,96
Totais	1.570,79	1.337,74
Passivo		
EOEP - Imposto s/ rendimento	812,00	1.164,17
EOEP - Segurança Social	6.779,68	7.147,19
EOEP - Outros	12,92	15,22
Totais	7.604,60	8.326,58

11.3 – Financiamentos obtidos.

Ver alínea iii) do ponto 3.1.13 na nota 3 deste anexo

Financiamentos obtidos	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos	Totais
2015				
Totais				
2016				
Utente Angelo Manuel Figueira	17.192,07			17.192,07
Totais	17.192,07			17.192,07
Variação (2016-2015)	17.192,07			17.192,07

11.4 – Fundos Patrimoniais

Outras rubricas de capitais próprios	2014	Aumentos	Reduções	2015	Aumentos	Reduções	2016
Capital	4.055,00			4.055,00			4.055,00
Reservas Legais							
Outras Reservas							
Resultados transitados	289.472,08		-3.338,84	286.133,24		-17.475,99	268.657,25
Excedentes de revalorização							
Outras variações no capital próprio	536.344,88	1.145,87	-23.978,11	513.512,64		-22.828,60	490.684,04
Resultado Líquido	-3.338,84	3.338,84	-17.475,99	-17.475,99	17.475,99	-30.358,00	-30.358,00
Totais	826.533,12	4.484,71	-44.792,94	786.224,89	17.475,99	-70.662,59	733.038,29

12 - Benefícios dos empregados

Ver ponto 3.1.16 da nota 3 deste anexo

12.1 — Número médio de empregados:

Vínculo	N.º de trab. início do ano	Admissões n.º trab.	Demissões n.º trab.	N.º de trab. final do ano
Efetivos	16	1	1	16
Termo certo	3	3	4	2
Termo incerto		1		1
Total	19	5	5	19
Número Médio De Trabalhadores				19

Gastos com pessoal	2016	2015
Funcionários:	236.788,73	203.293,22
Remunerações	187.599,80	170.076,39
Sub. Alimentação	11.712,81	38,43
Encargos seg. social	37.476,12	33.178,40
Seguros	1.757,17	2.027,43
Outros	25.610,58	865,33
Totais	264.156,48	206.185,98

13 - Divulgações exigidas por diplomas legais

13.1 - Decreto-lei 411/91

Não existem dívidas em mora à segurança social em 31 de dezembro de 2016.

13.2 - Decreto-lei 534/80

Não existem dívidas em mora ao Estado e outros entes públicos em 31 de dezembro de 2016.

13.3 - A 31 de dezembro de 2016 não existiam salários em dívida aos funcionários.

14 - Outras informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 – Outras contas a receber/pagar.

Outras contas a receber/pagar	2016	2015
Ativo - Outras contas a receber		
IEFP	10.768,70	3.022,29
Totais	10.768,70	3.022,29
Passivo - Outras contas a pagar		
Credores por acréscimos de gastos	26.955,15	27.023,02
Utentes	252,00	480,00
Luis Leite Contabilidade, Lda		319,80
Outros	0,01	6,01
Totais	27.207,16	27.828,83

14.2 – Devedores e credores por acréscimos.

Acréscimos	2016	2015
Ativo - Acréscimos de rendimentos		
Totais		
Passivo - Acréscimos de gastos		
Férias e Sub. Férias a liquidar	26.817,67	26.882,60
Eletricidade, água, comunicação a liquidar	137,48	140,42
Totais	26.955,15	27.023,02

14.3 – Diferimentos.

Diferimentos	2016	2015
Ativo - Gastos a reconhecer		
Seguros	1.650,74	1.158,62
Totais	1.650,74	1.158,62
Passivo - Rendimentos a reconhecer		
Subsídios à exploração	2.209,44	1.131,90
Totais	2.209,44	1.131,90

14.4 – Fornecimentos e Serviços Externos.

FSE	2016	2015
Trabalhos especializados	7.892,82	10.242,80
Vigilância e segurança	123,00	324,87
Conservação e reparação-edifícios o. const.	333,73	878,50
Conservação e reparação-eq. básico	67,28	584,50
Conservação e reparação-eq. transporte	658,29	647,82
Conservação e reparação-eq. administrativo	80,00	
Serviços bancários	301,27	227,16
Ferramentas e utensílios	946,14	883,51
Material de escritório	442,79	802,83
Eleticidade	5.050,83	4.321,49
Combustíveis	16.367,64	12.003,74
Água	1.369,90	1.412,74
Deslocações e estadas	125,55	85,45
Rendas e alugueres	442,80	129,15
Comunicação	1.108,82	1.197,01
Seguros	1.623,74	1.652,30
Contencioso e notariado	143,00	82,50
Despesas de representação	40,00	60,00
Limpeza, higiene e conforto	8.304,69	7.631,26
Outros FSE	385,12	857,69
Totais	45.807,41	44.025,32

14.5 – Outros Gastos e Perdas.

Outros Gastos e Perdas	2016	2015
Imposto de selo	29,41	16,91
Taxas	223,11	258,04
Outros Impostos Indiretos	2.760,00	
Correções de períodos anteriores	6.647,00	18.085,92
Quotizações	149,00	
Multas e penalidades	300,40	
Outros	50,00	
Totais	10.158,92	18.360,87

14.6 – Outros Rendimentos e Ganhos.

Outros Rendimentos e ganhos	2016	2015
Rendimentos suplementares	50,00	100,00
Descontos pp obtidos	12,60	51,73
Correções de períodos anteriores	6.994,43	7.994,67
Imputação de Sub. Investimento	22.828,60	22.832,24
Transporte para utentes	240,00	75,00
Donativos	210,00	2.055,00
Refeições para Funcionários	10.041,96	
Ajudas Técnicas	1.556,15	
Subsidio apoio IPSS Alijó	4.300,00	
Juros obtidos de depósitos bancários		11,12
Outros	730,00	30,00
Totais	46.963,74	33.149,76

14.7 – Acontecimentos após data de balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Carlão, 22 de Fevereiro de 2017

A Entidade

José Augusto Elias
Vicente Nascimento Vinagre Alves

O Contabilista Certificado,

Luís Leite
Luís Leite
 CC n.º 39242

Paulo Sérgio Cardoso Leite

Centro Social Recreativo Cultural de Carlão

Sede: Carlão, Alijó

DECLARAÇÃO

Declara-se para os devidos efeitos e para depósito de contas do ano de 2016 que a esta instituição não lhe é exigida a designação de revisor de oficial de contas para proceder à Revisão Legal já que não ultrapassou durante dois dos três limites referidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 262º do C.S. Comerciais.

RELATÓRIO DE GESTÃO

Senhores Sócios

Dando cumprimento ao preceituado nos artigos n.ºs 65.º e 66.º do Código das Sociedades Comerciais, vimos submeter à vossa apreciação o Relatório de Gestão da entidade:

Centro Social Recreativo Cultural de Carlão

Relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.

1- APRECIÇÃO GLOBAL DA GESTÃO

Neste exercício de 2016, a entidade obteve um Resultado Líquido do Exercício negativo de 30.358,00€.

2- EVOLUÇÃO DOS PRODUTOS E DO VOLUME DE NEGÓCIOS

(Análise da produção e do volume de negócios relativamente ao exercício anterior e das suas variações em valor e percentagem).

Evolução do Valor Bruto da Produção

	2016	2015	Incremento na produção	
			Valor	%
Vendas Líquidas	134.183,64	122.918,91	11.264,73	9,16%
Varição da Produção				
Valor Bruto da Produção	134.183,64	122.918,91	11.264,73	9,16%

	2016	2015	Incremento nas Vendas	
			Valor	%
Vendas Líquidas				
Prestação de Serviços	134.183,64	122.918,91	11.264,73	9,16%
Volume de Negócios	134.183,64	122.918,91	11.264,73	9,16%

3- EVOLUÇÃO DOS CUSTOS

(Análise das principais rubricas de gastos também relativamente ao período anterior e suas variações, nomeadamente os seguintes: custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas; fornecimentos e serviços externos - subcontratos, eletricidade, combustíveis, comissões, outros; gastos com o pessoal; provisões; depreciações e amortizações e gastos e perdas financeiras).

Quadro da Evolução dos Gastos

	2016	2015	Incremento	
			Valor	%
CMVMC	38.326,47	37.086,45	1.240,02	3,34%
FSE	45.807,41	44.025,32	1.782,09	4,05%
Trabalhos Especializados	7.892,82	10.242,80	-2.349,98	-22,94%
Conservação e Reparação	1.139,30	2.110,82	-971,52	-46,03%
Ferramentas e Utensílios	946,14	883,51	62,63	7,09%
Artigos para Oferta	55,00		55,00	
Eletricidade	5.050,83	4.321,49	729,34	16,88%
Combustíveis	16.367,64	12.003,74	4.363,90	36,35%
Deslocações e Estadas	125,55	85,45	40,10	46,93%
Comunicação	1.108,82	1.197,01	-88,19	-7,37%
Despesas de Representação	40,00	60,00	-20,00	-33,33%
Outros	13.081,31	13.120,50	-39,19	-0,30%
TOTAL FSE	45.807,41	44.025,32	1.782,09	4,05%
Gastos Com Pessoal	264.156,48	206.185,98	57.970,50	28,12%
Depreciações e Amortizações	31.863,77	32.365,53	-501,76	-1,55%
Outros Gastos e Perdas	10.158,92	18.360,87	-8.201,95	-44,67%
Total dos Gastos e Perdas	390.313,05	338.024,15	52.288,90	15,47%

4- INVESTIMENTOS NO EXERCÍCIO

(Divulgação dos principais investimentos efetuados.)

Quadro Investimento em Ativos Fixos Tangíveis

	2016	2015	Incremento	
			Valor	%
Edifícios				
Equipamento Básico	2.190,14	4.211,59	-2.021,45	-48,00%
Equipamento de Transporte				
Equipamento Administrativo		675,93	-675,93	-100,00%
Outros Ativos Fixos Tangíveis				
AFT em curso				
Total	2.190,14	4.887,52	-2.697,38	-55,19%




Quadro Valores de Ativos Fixos Tangíveis

	2016	2015	Incremento	
			Valor	%
Terrenos				
Edifícios	1.001.207,02	1.001.207,02		
Equipamento Básico	66.012,15	63.822,01	2.190,14	3,43%
Equipamento de Transporte	74.127,70	74.127,70		
Equipamento Administrativo	44.357,21	44.357,21		
Outros Ativos Fixos Tangíveis	1.563,39	1.563,39		
AFT em curso				
Total	1.187.267,47	1.185.077,33	2.190,14	0,18%

5- TERCEIROS

O valor de 12.895,24€ (5.026,28€ em 2015) existente na rubrica Dívidas de Terceiros é referente a dívidas de clientes/utentes, do estado e de outros devedores diversos que ainda não foram regularizadas.

O valor de 55.101,39€ (36.321,79€ em 2015) existente na rubrica Dívidas a Terceiros é referente a dívidas a fornecedores, ao estado e a outros credores diversos que ainda não foram regularizadas.

6- FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO

Desde 31 de Dezembro de 2016 até à data deste relatório não ocorreu qualquer facto digno de referência.

7- PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Em Assembleia Geral de aprovação de contas do exercício de 2016 será proposto a transferência do resultado líquido negativo de 30.358,00€ para resultados transitados.

8- ENCERRAMENTO

Aos nossos utentes/clientes, aos nossos fornecedores e às instituições de crédito expressamos o nosso agradecimento pela colaboração e confiança que sempre nos prestaram.

Aos nossos colaboradores agradecemos o empenho e a dedicação que sempre manifestaram.

Data: Carlão, 22 de fevereiro de 2017

A Entidade

João Augusto Elias
Paulo Nascimento Vieira Alves

Paulo Sérgio Cardoso Brito